

A GRAMÁTICA E AS VARIAÇÕES LINGÜÍSTICAS NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA NA ESCOLA

Grasieli Canelles©

RESUMO ©

Este artigo objetiva um estudo teórico sobre a gramática e as variações lingüísticas. Parte-se dos conceitos de gramática, regra e erro, abordados por Possenti (1999), das crises na sociedade, na Universidade e na escola, referentes à norma culta, abordadas por Bechara (1995), e da inter-relação entre língua e gramática, abordada por Luft (1985). Chega-se, assim, aos posicionamentos dos mesmos sobre como ensinar a língua na escola. Para tanto, a educação gramatical escolar é essencial desde que adequada ao contexto sócio-cultural do aprendiz, considerando suas variações lingüísticas.

PALAVRAS-CHAVE: gramática, variação, ensino de língua materna.

INTRODUÇÃO

A gramática foi e ainda é, praticamente, o ponto de partida no ensino de língua materna na escola. No entanto, isso vem sendo questionado tanto por lingüistas quanto por escritores e professores. Um primeiro ponto diz respeito ao próprio conceito de gramática, não entendida apenas como normativa, ou seja, como o conjunto de regras que regem uma determinada língua. Discute-se até que ponto a mera imposição de regras ao aluno, geralmente sem uma contextualização das mesmas no ambiente sócio-cultural e lingüístico do próprio educando, tem resultados positivos para a educação do mesmo. Levanta-se, então, como segundo ponto, a questão das variações na língua do aprendiz e as noções gramaticais internalizadas do mesmo, as quais, aplica de acordo com as situações que vivência. Parte dessas variações os conceitos de regra – o que é considerado tradicionalmente correto – e erro – o que não se encaixa em nenhuma das variabilidades lingüísticas existentes - dentro da gramática e da língua.

Este trabalho, tendo como propósito discutir questões decorrentes do ensino escolar da gramática e das variações lingüísticas

praticadas pelo aluno, toma como base as obras de Possenti (1999), Bechara (1995) e Luft (1985)². Para tanto, faz-se um estudo teórico dessas obras, com o intuito de verificar pontos referentes ao ensino de línguas na escola, principalmente em relação às variações lingüísticas, tratados e considerados fundamentais pelos autores.

Primeiramente, expõem-se as abordagens de cada autor com relação ao tema, para, posteriormente, relacioná-las, obtendo-se assim um apanhado sobre o ensino da gramática no meio escolar, bem como sobre uma possível adequação do mesmo.

1 A Gramática e as variações lingüísticas

Partindo do conceito de língua, Possenti em **Por que (não) ensinar gramática na escola** (1999) observa que a língua, a partir da gramática normativa, é colocada como as formas de expressão elaboradas por pessoas cultas, principalmente em sociedades com língua escrita. No entanto, esse mesmo autor defende que a língua deve ser vista como conhecimento interiorizado e, portanto, suscetível a variedades de expressão de acordo com cada pessoa, bem como de acordo com o seu desenvolvimento social e cultural.

Quanto ao conceito de gramática, Possenti trata-o como conjunto de regras, mas que pode ser entendido de muitas maneiras: conjunto de regras que devem ser seguidas: gramática normativa, ou seja, a gramática pedagógica e didática, usada para ensinar a ler e escrever corretamente; conjunto de regras que são seguidas: gramática descritiva, cujo nome já remete a descrição, e que, através da lingüística, descreve e ou explica as línguas como são faladas; conjunto de regras que o falante da língua domina: gramática internalizada, ou melhor, hipótese sobre os conhecimentos que habilitam o falante a construir frases compreensíveis como pertencentes a uma língua.

O conceito de regra, segundo o autor, pode ser visto sob duas perspectivas: uma relacionada à idéia de obrigação e outra relacionada à idéia de regularidade e constância. Quando relacionada à idéia de obrigação, significa que um determinado uso da língua precisa obedecer a uma respectiva forma, sob pena de exclusão social, por exemplo, se contrariado. Quando relacionada à idéia de regularidade e constância, quer dizer que existem certas construções lingüísticas inatas ao ser humano, que são da sua própria natureza, as quais nascem, crescem, se aperfeiçoam e morrem com ele. Como exemplo, pode-se citar o uso do verbo após o sujeito. Quando como idéia de obrigação, a regra se encaixa na gramática normativa. Como idéia de regularidade e constância, encaixa-se nas gramáticas descritiva e internalizada.

De acordo com o mesmo autor, o conceito de erro, decorrente de uma perspectiva da gramática normativa, é o que viola o exemplo de boa linguagem (padrão); decorrente da perspectiva da gramática descritiva, são construções que não fazem parte, sistematicamente, de nenhuma das variantes de uma língua.

Assim, Possenti (1999) vê como desnecessário ensinar gramática na escola, no que se refere ao ensino desta gramática de uma forma pura, ou seja, através de cansativos exercícios de fixação de uma determinada regra, por exemplo. Para o autor, o papel da escola é dar condições ao aluno de aprendizagem também das variedades lingüísticas que não conhece, para que possa se adequar às situações de uso da língua. No entanto, não se podem desprezar a gramática natural/inata, os contextos e valores sociais do aprendiz. A prioridade do ensino de línguas seja a materna, sejam as estrangeiras, deve ser a interação entre os atos de leitura, escrita, narrativa oral e discussão das formas de interpretação, ao invés de análises sintáticas e morfológicas de tais atos.

Já Bechara (1995), no livro **Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?**, parte de três crises para falar da crise que a própria escola enfrenta ao ensinar línguas, ou seja, o desinteresse pela norma culta e ou pelas variações da língua materna, decorrente de raízes rígidas, pelas quais a gramática pura é o

essencial, somadas ao desinteresse institucional e ao despreparo docente/discente.

As três crises de que trata Bechara ocorrem na sociedade, na universidade e na escola. Na sociedade, diz respeito ao fato de que esta vem lutando cada vez mais por liberdade de expressão, privilegiando a fala coloquial e desprivilegiando a fala culta. Essa crise aponta também para a realidade em sala de aula, na qual o professor, atrelado a convenções institucionais, não atenta para o aperfeiçoamento das expressões coloquiais dos alunos, através de algumas noções de gramática, para que este possa interagir, tanto em ambientes formais, quanto informais. Na universidade, levanta-se a questão da ineficiência da Lingüística, ciência que estuda os signos verbais. A Lingüística, uma ciência um tanto quanto recente, ainda não dá conta de se aprofundar nos variados processos da linguagem, para uma melhor compreensão e qualificação dos mesmos. Isso dificulta explicações precisas de abordagens e usos lingüísticos do ensino de línguas na escola, a qual acaba por se tornar uma cobaia. E na própria escola, esta vem usando da gramática geral e da descritiva, deixando de lado a gramática normativa, a qual, abordada corretamente, ou seja, interativamente entre professor e aluno, e não apenas sistematicamente em forma de exercícios, daria ao educando o necessário ao seu potencial idiomático.

Portanto, Bechara defende que o ensino de línguas precisa ser produtivo. Ele precisa dar margem tanto aos usos da fala coloquial do aluno quanto ao uso da gramática ensinada pelo professor. Juntos, coloquial e culto dão maior liberdade de expressão ao ser humano, uma vez que o aperfeiçoamento da linguagem é construído, interativamente, entre fala e escrita. Isto possibilita ao ser humano habilidade em variadas situações de uso da língua, ou seja, ser "um poliglota dentro de sua própria língua".

Finalmente, Celso Pedro Luft na obra **Língua e Liberdade** (1985) esclarece que a gramática é um conjunto de regras que sustentam o sistema de qualquer língua, com ela nascem, evoluem e morrem. A língua é um sistema de sinais somado a um sistema de regras da combinação desses sinais. A gramática é as regras da combinação dos sinais. A partir disso,

o autor reforça a idéia de que língua e gramática dependem uma da outra. Para tanto, as deficiências, opressões, inseguranças geradas ao ensinar línguas na escola provêm das más interpretações e abordagens, tanto de língua quanto de gramática.

O autor defende uma melhor aprendizagem de línguas através do desenvolvimento do espírito crítico do aprendiz. Mas, antes de tudo, é preciso desmistificar o professor como “o que sabe” e o aluno como “o que aprende”, para que haja um crescimento lingüístico mútuo, até porque, educador e educando podem vir de ambientes sociais diferentes e, conseqüentemente, usarem a língua de maneiras diferentes. Deve-se levar em conta, também, o que o aluno já sabe, dado que possui uma língua e, concomitantemente, uma certa gramática já internalizada.

2 Relacionando idéias

Relacionando as questões discutidas pelos referidos autores estudados, percebe-se que, Possenti (1999), como um lingüista, descreve minuciosamente os conceitos de língua, gramática, regra e erro, esclarecendo seus usos e conseqüências. Bechara (1995), como gramático, fala da desatenção da sociedade em relação à gramática normativa; do papel ainda ineficiente da Lingüística na interpretação da língua e suas variações; do desprezo da escola pela gramática normativa. O autor vê esses três pontos como crises que se refletem no ensino lingüístico escolar. E Luft (1985), também como gramático, mas com uma visão mais lingüística, descreve os seus conceitos de língua e gramática, interligando-os. O mesmo autor apresenta como relevante a interação entre aluno e professor na educação lingüística. Os três autores consideram importante uma reflexão do contexto do educando, para um posterior ensino lingüístico adequado, como também uma maior aproximação entre professor e aluno, para um mais propício ambiente de trabalho.

CONCLUSÃO

Conclui-se que toda língua possui uma gramática, que dá uma certa organização à própria língua. Mas quando a segunda é posta como primordial na educação, não se está mais ajudando a língua a se desenvolver e sim, atentando para uma determinada maneira de

ela se apresentar (a culta). A forma coloquial, ou melhor, as variações da língua do falante devem ser levadas em conta, visto que trazem as características sociais com as quais interage o mesmo. O variar da língua de um indivíduo faz parte da cultura do mesmo. Portanto, discriminar as variações lingüísticas é discriminar a própria cultura desse indivíduo, a sua própria competência lingüística, isolando esta perante os outros e impedindo uma ampliação de conhecimentos das variedades da língua por parte destes outros.

Enfim, no ensino de línguas, é preciso um cuidado com o andamento das abordagens, sejam elas gramaticais, de fala coloquial ou de reflexões sociais, para uma educação progressiva, nem discriminatória de certos métodos, nem massificante dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. **Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?** 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.
- LUFT, Celso Pedro. **Língua e Liberdade.** Porto Alegre: L & PM Editores Ltda, 1985.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** 4 ed. São Paulo: Mercado das Letras, 1999.

NOTAS

1. Aluna da disciplina de Técnicas de Pesquisa em Letras do 2º Semestre de 2001, orientada pela professora Karina Giacomelli.
2. Estes autores foram escolhidos por serem os mais estudados em disciplinas que tratam do ensino da língua materna, no Curso de Letras da UFSM.